

Cidadão deve participar na vida política do país

PROMOVER a capacidade de intervenção e monitoria dos actos e participações na vida política do país por parte das organizações da sociedade civil é o principal objectivo de uma capacitação de dois dias levada a cabo pela JOINT, Liga das ONGs em Moçambique.



Participantes da formação sobre actos e contenciosos eleitorais

De acordo com Manuel do Rosário, oficial de informação e comunicação da instituição, a formação destas organizações e dos partidos políticos visa permitir que os cidadãos sejam parte activa na vida política e pretende-se que seja um passo na direcção para o desenvolvimento de actividades de monitoria, observação e fiscalização dos processos eleitorais.

Participaram nesta formação 30 representantes das organizações da sociedade civil baseadas na cidade de Maputo, e a intenção é replicar a iniciativa em todas as províncias para promover acções mais interventivas e activas para a promoção da cidadania e paz social.

Para Do Rosário, os participantes irão influenciar a construção de uma sã convivência na caminhada para a consolidação do Estado de direito e de justiça social, pelo que estes devem estar munidos de conhecimentos para lidar com os conflitos eleitorais.

Antes foi promovida uma formação de mais de 30 partidos políticos sobre a matéria e proximamente deverá haver uma reflexão

conjunta sobre os caminhos a trilhar na observação dos processos eleitorais, desde o recenseamento até depois da votação e no tratamento dos conflitos.

"A sociedade precisa de participar na vida política do país e não apenas em actos eleitorais. Constatamos ser crescente o interesse e a necessidade da criação de iniciativas sobre o estado de saúde da democracia multipartidária e da participação política em Moçambique. No âmbito da estabilização das estruturas democráticas e da participação política, um dos desafios reais é o fortalecimento da capacidade do exercício da cidadania por parte das organizações da sociedade civil e dos actores políticos", disse Manuel do Rosário, para quem a realização de acções de formação é de grande importância para a criação de uma cultura de monitoria, fiscalização e debate sobre os avanços e constrangimentos na construção da democracia e da participação política.

Considera ser desta forma que as organizações da sociedade civil e os partidos políticos terão a

responsabilidade colectiva e social de promover iniciativas para o estudo e o aprofundamento dos actos e procedimentos eleitorais, se tivermos em conta que eleições transparentes, livres e justas são dos importantes pilares de qualquer sistema político que se pretenda democrático.

"A presente iniciativa resulta da constatação de que o fraco domínio dos actos e procedimentos eleitorais, a incompetência e a improvisação das intervenções da maior parte das organizações da sociedade civil e dos partidos políticos tem resvalado em práticas fraudulentas que permanecem impunes, em crispações e desconfianças que mergulham o país em conflitos eleitorais, com propensão para se transformarem em violência física e armada", sustenta.

Considera que no processo de estabelecimento das estruturas democráticas desde 1994, Moçambique já organizou cinco eleições presidenciais e legislativas, quatro eleições autárquicas e duas eleições para as assembleias provinciais, pelo que as últimas eleições presidenciais e legislativas,

realizadas em Outubro de 2014, representaram uma profunda mancha à paz e simbolizaram as sinuosidades e a complexidade da construção da paz e da democracia moçambicanas.

"Com a aproximação das eleições autárquicas de 2018 e das eleições presidenciais, legislativas e para as assembleias provinciais de 2019, esforços consistentes devem ser realizados para assegurar que Moçambique possa consolidar as conquistas democráticas já conseguidas. Igualmente, a expectativa é de as organizações da sociedade civil e os partidos políticos cooperarem na criação de condições mais favoráveis para o estabelecimento de uma verdadeira democracia social e participativa no país. A eles cabe fazer de Moçambique um lugar mais democrático para se viver, pelo que há a necessidade suficiente para a tomada de iniciativas de fortalecimento das organizações da sociedade civil e dos partidos políticos em actos e procedimentos eleitorais. A presente formação é sintomática dessa conjuntura favorável", defendeu.

Formação necessária e oportuna

OS representantes das organizações da sociedade civil que participaram na formação sobre direito eleitoral, contencioso constitucional, bem como na observação dos respectivos processos, consideram que esta chegou no momento certo, pois os próximos pleitos devem ser preparados e executados da melhor forma possível.

Trata-se, segundo eles, de um exercício que deve ser extensivo a todos os cidadãos através dos grupos sociais e partidos políticos que têm a responsabilidade de fazer a disseminação das informações que são úteis para a criação de uma cidadania sã e proactiva. Eulália Ofumana, da Associação das Mulheres de Carreira Jurídica, considera que neste seminário um dos aprendizados foi de

podemos educar a sociedade para saber estar politicamente, e uma das formas é conhecer e exercer os seus direitos. Uma das formas dos direitos humanos é exercer este direito ao voto e não se pode pensar que para falar de direitos tem que se ser jurista, formado em direito, funcionário de saúde ou professor, mas devemos saber que todos temos que votar e todos devemos contribuir para abrir a mente da sociedade e promover mudanças", sustenta.

Acrescenta que as pessoas reclamam quando algo não corre bem e culpam quem está no poder, mas para isto mudar temos que participar de forma activa e fiscalizar as acções de quem está a governar. A questão da fiscalização não é só para o período de votação, mas devemos

combate à desigualdade do género, violência doméstica e outros males, o que deixa muito a desejar nos manifestos eleitorais que não são objectivos, para além de que muitas vezes estes manifestos são apenas

do domínio do presidente do partido e não dos membros. A nossa organização tem dado o seu contributo para mudar o estado das coisas desde as primeiras eleições municipais e produzimos pesquisas que contêm

algumas recomendações sobre os processos eleitorais", informou.

Acrescenta que a formação foi útil, porque permitiu um maior debate no que se refere aos contenciosos eleitorais, a participação do cidadão

e os conflitos eleitorais, o que garante um certo controlo da sociedade civil neste processo.

Ana Sambo, do Instituto de Apoio à Governação e Desenvolvimento, classificou a formação como sendo

de extrema importância para as organizações da sociedade civil, na medida em que saíram com subsídios legais e práticos necessários para poderem acompanhar, de perto e com conhecimentos, os processos eleitorais dos próximos dois anos.

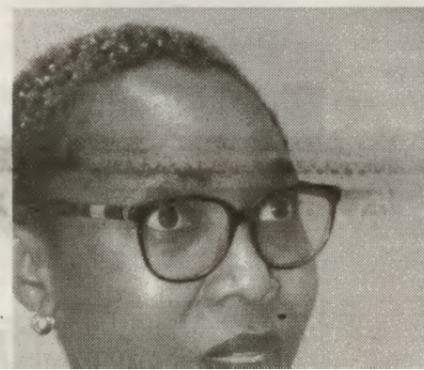
"O que deve ser entendido é que o momento de votação é uma das fases de todo o processo que começa muito antes no recenseamento, onde se envolve o cidadão a continuar a fazer a fiscalização da governação. Os cidadãos e os partidos políticos devem ter uma acção de educação eleitoral de forma permanente, e para o caso do partido vencedor há uma necessidade de trabalhar para cumprir com o seu manifesto eleitoral e o cidadão tem o papel de fiscalizar se aquele partido está

ou não a fazer a vontade do povo", opinou esta activista.

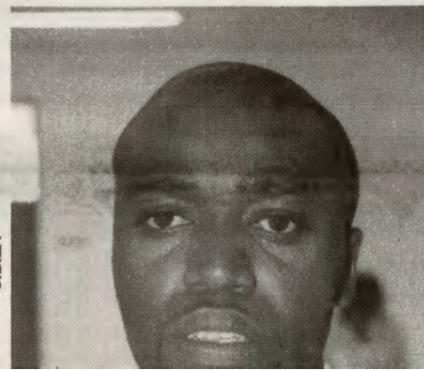
Acrescenta que as organizações da sociedade civil têm feito muito na divulgação da informação, porque sem esta informação não é possível os cidadãos participarem nos processos eleitorais e controlar as realizações dos partidos que ganharam as eleições.

Disse que a sua organização está a trabalhar para que o cidadão tenha acesso à informação e poder exigir que este direito seja respeitado e a formação confere a capacidade de conhecer os direitos e participar nos processos.

Na sua opinião, as abstenções estão também ligadas à falta de informação, porque muitas vezes as pessoas já não têm fé nos partidos



C.BILA



conteúdos constitucionais, bem como na observação dos respectivos processos, consideramos que esta chegou no momento certo, pois os próximos pleitos devem ser preparados e executados da melhor forma possível.

Trata-se, segundo eles, de um exercício que deve ser extensivo a todos os cidadãos através dos grupos sociais e partidos políticos que têm a responsabilidade de fazer a disseminação das informações que são úteis para a criação de uma cidadania sã e proactiva. Eulália Ofumana, da Associação das Mulheres de Carreira Jurídica, considera que neste seminário um dos aprendizados foi de que a observação eleitoral deve ser permanente e sistemático. Segundo ela, a observação não deve só acontecer nos momentos eleitorais, mas sim o exercício deve ser feito antes, durante e depois dos processos.

"Temos em Moçambique, há mais de vinte anos, o exercício da democracia multipartidária e nesta formação o facilitador foi capaz de mostrar várias etapas que fazem parte deste processo. Ficamos a saber, por exemplo, das diferentes etapas, como é o caso da formação e educação cívica eleitoral que é algo que nós, como organizações da sociedade civil, podemos levar a cabo nas comunidades, distritos, províncias e, principalmente, para aquele cidadão onde a acção dos 'media' não chega. Estamos a falar de lugares onde as pessoas não têm acesso a rádio, televisão ou jornal para fazer esta formação de cidadania que tem a importância de incutir ao cidadão sobre a importância das eleições, porquê e para quem deve votar", disse Eulália Ofumana, que associa as constantes abstenções a esta falta de conhecimento da importância do seu voto.

Conforme defendeu, qualquer moçambicano que responde a todos os requisitos para exercer este direito deve fazê-lo, mas as pessoas não exercem este direito porque não sabem. Segundo ela, muitos pensam que votar é só para dar poder aos governantes de cinco em cinco anos e nada muda, mas defende que devem saber que sempre algo se acrescenta e muda e todos devem contribuir para esta mudança.

Relativamente à divulgação dos direitos dos cidadãos, a nossa entrevistada acha que primeiro o Estado deve consciencializar as pessoas, os partidos políticos, que sabem que precisam destas pessoas para votar e devem fazer a sensibilização e não só, a sociedade civil precisa desenvolver acções nesse sentido, assim como qualquer cidadão que tem conhecimento precisa de partilhar com os demais.

"Assim, temos todos o papel de consciencializar os outros, do mesmo modo que educamos os nossos filhos para saber falar, poder estar e assim

dos seus direitos. Uma das formas dos direitos humanos é exercer este direito ao voto e não se pode pensar que para falar de direitos tem que se ser jurista, formado em direito, funcionário de saúde ou professor, mas devemos saber que todos temos que votar e todos devemos contribuir para abrir a mente da sociedade e promover mudanças", sustenta.

Acrescenta que as pessoas reclamam quando algo não corre bem e culpam quem está no poder, mas para isto mudar temos que participar de forma activa e fiscalizar as acções de quem está a governar. A questão da fiscalização não é só para o período de votação, mas devemos começar muito antes, continuar depois e no processo de governação.

Por seu turno, Romão José, da WILSA-Moçambique, considera que o facto de estarmos num país democrático é importante que o cidadão tenha conhecimento sobre a forma como funcionam os órgãos de gestão de processos eleitorais porque, de certa maneira, ajuda a fazer o controlo e evitar clivagens decorrentes do processo.

Disse que a sua organização tem por tradição fazer o acompanhamento dos processos eleitorais, onde se observa mais a participação das mulheres para analisar como é que elas se posicionam, a sua representatividade nos respectivos partidos políticos e como acedem às listas.

"Fazemos a observação das campanhas para ver quais são os aparelhos que os partidos políticos utilizam para sensibilizar os cidadãos e como é que a 'media' faz a cobertura dos processos eleitorais. Sobre o processo eleitoral se pode dizer muita coisa, mas temos que ter em consideração que a nossa democracia ainda é muito nova, apenas vinte anos, e assim muito ainda tem que ser feito para melhorar, a começar pela própria lei eleitoral que não é conhecida até por aqueles que têm interesse directo, que são os partidos políticos. Estes não têm domínio dos processos eleitorais, de questões relacionadas aos litígios e contenciosos eleitorais e isso, de certa forma, limita muito a reivindicação de determinados direitos dos partidos", considera Romão José.

Entende, por outro lado, que muitas mulheres não sabem como é que os seus nomes aparecem nas listas dos partidos, não há um critério democrático da própria representatividade das mulheres nos partidos políticos.

Outro facto apontado por José é de muitas vezes os próprios conteúdos dos manifestos não reflectirem aquilo que é a realidade local e as questões relacionadas com o género aparecem de forma muito superficial, pois parecem não muito bem detalhadas.

"Como são tratadas, por exemplo, as questões da participação,

mudar o estado das coisas desde as primeiras eleições municipais e produzimos pesquisas que contêm

útil, porque permitiu um maior debate no que se refere aos contenciosos eleitorais, a participação do cidadão

Ana Sambo, do Instituto de Apoio à Governação e Desenvolvimento, classificou a formação como sendo

dios legais e práticos necessários para poderem acompanhar, de perto e com conhecimentos, os processos eleitorais dos próximos dois anos.

"O que deve ser entendido é que o momento de votação é uma das fases de todo o processo que começa muito antes no recenseamento, onde se envolve o cidadão a continuar a fazer a fiscalização da governação. Os cidadãos e os partidos políticos devem ter uma acção de educação eleitoral de forma permanente, e para o caso do partido vencedor há uma necessidade de trabalhar para cumprir com o seu manifesto eleitoral e o cidadão tem o papel de fiscalizar se aquele partido está a cumprir ou não o que prometeu. Mas para tal, os partidos não só devem falar dos seus manifestos nos momentos de campanha, mas estes devem estar constantemente a falar dos seus manifestos para nos permitir monitorizar se o partido está

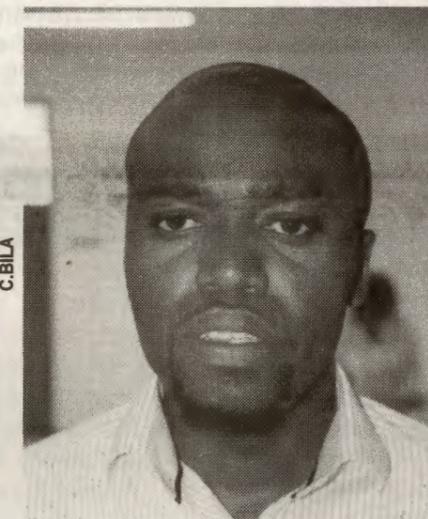
da sociedade civil tem sido muito na divulgação da informação, porque sem esta informação não é possível os cidadãos participarem nos processos eleitorais e controlar as realizações dos partidos que ganharam as eleições.

Disse que a sua organização está a trabalhar para que o cidadão tenha acesso à informação e poder exigir que este direito seja respeitado, e a formação confere a capacidade de conhecer os direitos e participar nos processos.

Na sua opinião, as abstenções estão também ligadas à falta de informação, porque muitas vezes as pessoas já não têm fé nos partidos políticos, e para elas a situação é como se não fosse mudar e acham que o seu voto não faz diferença. Também quando as realizações não são divulgadas pode trazer a sensação de que o partido votado não cumpriu com o prometido.



Eulália Ofumana



Romão José



Ana Sambo